

# FANTOCHES

BASTIDORES DA POLITICA E DOS NEGOCIOS

DIRECTOR E EDITOR

**ROCHA MARTINS**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO, Rua do Alecrim, 65 — LISBOA — Telefone 2440-C.

## Povo: Portugal já tem trigo para o seu pão!

A colheita e o ouro—O pão pode ser bom e barato—A fiscalização feita pelo povo—O governo e os plutocratas—Os estratagemas dos moageiros

Ao que parece, vamos ter muito trigo este ano. As searas estão lindas; as colheitas principiam magnificamente, sob o sol aurífico, com seus feixes de ouro. Uma dourada arvore desponta. Portugal terá pão para oito mezes e poderá tê-lo para um ano se houver juizo na governação. Todas essas paveias luzentas são, na verdade, ouro: o que não atravessa as fronteiras. O povo já sabe—se ninguem lh'o disser, aqui fica assegurado o facto—que se possui trigo para, durante oito mezes, não ser necessario importá-lo; já sabe, tambem, que visto não sair o dinheiro, a baixa do preço do pão se hade dar, embora o bom bago loiro se pague ao lavrador portuguez—que nos sustenta—pelo preço digno do seu esforço.

Temos pão para oito mezes, mas, se notarmos que a colheita do centeio ainda é maior que a do trigo, e se quem nos governa quiser fazer a magnifica experiencia de criar um tipo unico de pão—misturando em proporções, os dois productos—não será preciso saír de Portugal uma libra e a vida barateará, visto a imediata melhoria de cambio. Despojada a mogem das suas regalias—fábrico de bolos, de pãesinhos de luxo, de mil roubos feitos á economia nacional—tornado o pão, racionalmente, o que deve ser, é certo que não continuarão a enriquecer uns senhores já multimilionarios mas, em troca, o país terá o seu alimento garantido, a sua existencia melhorada.

Estou farto de dizer que não ha quem governe este desditoso país; é a verdade cheia; a sóberba verdade. Se houvesse no Terreiro do Paço um só homem de Estado, já se teria resolvido a crise em que todos agonisamos. Se eles quiserem, agora, da maneira mais simples, conseguirão

uma grande parte do nosso bem estar. Basta vigiar as fronteiras e ordenar o tipo de pão unico com trigo e centeio. Como complemento, punir severamente—como um crime de traição á salvação nacional—quem fizer o contrabando dos generos, sobretudo do trigo.

Calcule-se que os hespanhois, dada a vantagem da sua moeda sobre a nossa, começam a comprar o trigo portuguez, que ele vai jorrando por essas raias fóra, ou por consentimento dos dirigentes ou por negocio dos productores, associados com os guardas. Estariamos a dois passos da hecatombe que, com algumas medidas de vigilancia e de castigo, se evitará.

Imagine-se, tambem, que se continúa a deixar a moagem fazer do nosso trigo o seu grande negocio. Ela que não o cultivou, não o comprou, não o cuidou, apenas o explora, como uma proxeneta vendendo virgindades, não terá senão que recolher os lucros. Desde que se impo-nha o tipo de pão unico—a mistura, o pão saudavel e economico—ha uma tarefa a realizar: a da fiscalisação das padarias, para que os donos da moagem não ordenem manigancias, roubos, a fim de destruir a unidade que se requer no pão, já faltando ao cosimento, já misturando-lhe putreias. Essa fiscalisação deve pertencer ao publico, ainda em nome da salvação nacional.

E' muito simples a maneira de realizar esta eficaz medida. Entregue-se ás Juntas de Freguesia—as quais agregarão a si cidadãos idoneos—esse trabalho, escalado por ruas semanalmente, afim de não se cançarem os nomeados. E' que a outra fiscalisação, a official, não merece o menor credito.

Disem os fiscais serem culpados da sua acção infructifera os seus chefes, e em parte é certo, desde que ha ministros—como o senhor Fontoura da Costa—ligados a grandes empresas de negocios. Por consequencia, se não quizerem demittir esse antigo franquista jacobinizado e enriquecido, teem que recorrer a meios claros, naturais, a fim de que ele e outros não embarquem a acção que é, desde já, precisa. Fiscalisação das padarias pelas Juntas de Freguesia; auxilio das Camaras Municipais a essa obra e bem assim do governo que deve não só ordenar á força publica a obediencia áqueles cidadãos, mas ainda punir, por sumario processo, quem pretender falsificar o pão e as intenções desta formula legislativa. Já se vê que basta haver um pouco de atenção no assunto para se resolver uma questão que parece complicada.

Temos o trigo, temos o centeio, temos o poder dum lado. Do outro está o moagem e a corrupção. Quem vai vencer? Quasi que posso afirmar depender, de quem ficar vitorioso, neste momento, todo o futuro do país. Senão vejamos. O povo já sabe que ha com que fabricar o seu pão barateando-o; já conhece como a natureza o protegeu; tambem já de ha muito ouviu que certos ministros se deixam corromper. Estou farto de lhe dizer não haver noticias da comissão de inquerito aos vastos lucros da moagem. O país não duvida que o teem roubado para enriquecer moageiros. Resta saber se o estado desejará salvar o povo—e para isto lhe dou aqui alguns remedios de ponderar—ou se quererá vér na opulencia maxima os individuos—que sendo simples detentores das maquinas de moer, pois já lh'as pagou a nação dando-lhes lucros fabulosos—tudo compram desde alguns orgãos da imprensa até aos fiscais. A prova que se vai tirar é concludente. Continuamos no mesmo regimen de moagem, de pão politico, de concessões para se fazerem bolos, pães de luxo, de-

licados manjares roubados á nossa economia? Se assim lôr, é necessario que alguém pergunte, no Parlamento, aos ministros, quanto recebem de comissão para esfomjarem um país e engordarem alguns autenticos criminosos. Se não houver nas Camaras vozes que se ergam, já sabemos tambem que se atafulham com a massa fina da corrupção.

Então... um grupo decidido, vindo de todos os partidos, gente de bem, ligados contra os bandidos, deverá tomar sobre si o encargo de resolver o problema economico, já que os governos o desdenham.

Chegadas as coisas a este termo é... a revolução.

Claro, que para este grande passo, existem milhares de pessoas a ajudar, a aplaudir e não se pode recear um fracasso. Quem deverá ter receios — e muitos — a historia aí está a marcar como eu tenho razão — são os governantes ineptos ou cúmplices dos plutocratas da moagem e estes, sim estes, porque não se poderá prevêr até onde irão os sucessos. O passado, neste ponto, não deve ter esquecido. Ainda ha pouco estive a contemplar uma gravura horrivel, do tempo em que se iniciou a revolução francesa.

Lembram-se, decerto, todos os que se disem republicanos, e na moagem ha alguns... Tratava-se do pão... O rei, a rainha — o *padeiro* e a *padeirinha* — estavam em Versailles... Depois apareceu Maillard e o mulherio, ao som dos tambores... gritando a sua fome...

A gravura é celebre: é a execução dos açambarcadores.

Eu sou inimigo do sangue e ainda ha dias, no cemiterio dos Prazeres, ele quasi me salpicou. Precisamos, devemos, evitá-lo.

Que o governo se digne governar, que a moagem abdique, que se faça o inquerito aos seus lucros e se dê pão barato ao povo...

Só assim — infelizmente eu calculo bem — se poderão salvar muitas existencias tanto do lado dos exasperados como dos exploradores.

## As confissões do senhor José Relvas

**Da aspiração à realidade — A republica era necessaria — Onde se fala de demagogia — As culpas redimem-se — O mago do maleficio**

Os *Patudos*, residencia darte e de gosto, fantazia dum milionario rural, se teem as paredes impregnadas de harmonias das musicas classicas, revestidas de quadros de mestre, abertas em gelosias verdes, e tambem nelas se devem ter infiltrado os ais dos desesperos e os suspiros das amarguras. E' ali que reside o senhor José Relvas que ha dois anos ou tres perdeu o seu filho unico, Carlos, como o avô celebre amigo dos reis, fidalgo da Casa Real, artista, cavaleiro, casado com a filha dos condes de Podentes, riquissima por sua mãe nascida do consorcio de Jeronimo Dias de Azevedo Vasques de Almeida e Vasconcelos, medico e grande liberal, com uma senhora D. Maria Liberata cujo pai de tronco talvez judeu, por seus apelidos de Silva Mendes, fôra contratador dos Tabacos e se opulentara em bens.

Pouca nobreza em antiguidade, muito dinheiro amealhado e o desabrochamento de uma florescencia artistica encravada num palacio ribatejano, numa linda casa onde a alegria deve ter morrido e onde, numa das suas salas, acaba — segundo o *Diario de Lisboa* — de se escutar algumas graves e desiludidas palavras, saidas dos labios do dono da residencia, que foi ministro das finanças do governo provisorio, como se a fazenda publica se tratasse por musica e presidente do conselho, após o Monsanto, como se a ordem nos espiritos dependesse de uma batuta de maestro.

Parece que se tentou levar a mais alto logar o neto dos condes de Podentes, ligado, por um impulso ou por um despeito, à republica á qual, num morno desengano, acaba de condenar.

— «Eu não queria uma republica aristocratica, expressões incompativeis. Mas não era preciso uma republica demagogica, termos que tambem não condizem! Infelizmente a Republica não foi e só rarissimas vezes parece querer sel-o, a republica que a Portugal convinha».

Decididamente estas palavras são fundamentais para a historia da nossa vida politica e dum dos seus corifeus.

O senhor José Relvas, desligado de todas as suas tradições de familia, renegando a causa que os seus antepassados amaram e dentro da

qual o contratador dos tabacos enriqueceu, tendo ido á Inglaterra — como se dependessemos desse país ou como se Portugal fosse uma quinta britânica — investigar no *Foreign Office*, pela mão de Oscar de Araujo, se não haveria intervenção desde que se proclamasse a republica, confessa tambem, que primeiro «morreu a politica para ele e depois ele para a politica». Estes homens do regimen são singulares em seus dizeres. Quem morreu — e de fome — foi Oscar de Araujo que introduziu nas secretarias do ministerio dos estrangeiros da Grã-Bretanha, os delegados do partido republicano portuguez, no tempo da monarchia. Tinham-lhe prometido uma legação; deram-lhe a miseria.

Esse morto, porem, não me interessa, no momento em que um caudilho do regimen, no remanso dos seus salões, entulada a alma pelo desgosto, porventura preso a algum sonho de arte, embebido, talvez, numa alta ideia religiosa, declara que a republica «não foi a que a Portugal convinha».

Primeiro é necessario averiguar se convinha alguma republica a Portugal. Eu sou o primeiro a confessá-lo. Convinha; era precisa, devia vir; era mesmo impossivel que não viesse. Mal de nós todos se a republica não se proclamasse. A nação morreria.

Parece-lhes estranho que eu escreva isto; pois escrevo-o, não porque esteja desiludido do meu partido, mas porque não gosto de occultar o pensamento. Sem a republica nós não teriamos aprendido, embora à custa de tormentos sem fim, o que valia a monarchia, desde a tranquillidade até ao pão branco e barato. E, todavia, os primeiros a não a compreenderem foram os monarchicos, combatendo-se entre si, raivosamente, ferozmente, degladiando-se ainda em volta do trono oscilante dum rei quasi infantil para satisfazerem as suas vaidades, enquanto o inimigo rumoroso, ao som da *Portuguesa* e das diatribes, avançava para o poder, em nome dos seus ideais. Julgava-se, pelo menos, que os traziam. Dia a dia os monarchicos cediam, recuavam, aniquilavam e, diante dum povo sebastianista, que deseja sempre acreditar numa lantazia, os outros caminhavam desde os centros às campas dos regicidas deixando sobre ellas barchados de flôres, desde os seus comicios ao paço das Necessidades onde o rei foi o unico decente, sob o fogo, nos seus poucos anos, tendo ainda na retina o assassinio do pae e do irmão.

A republica era, logicamente, a vencedora na presença dum exercito que não se batia e de cortezãos que se occultavam. Ela trazia um povo fremente e caudilhos arrebatados. Devia vir como uma consequencia da falta de crença e de fé dos homens do velho regimen. E veio; e venceu e aí está, servida por monarchicos pertencentes à launa desses bandos miseraveis que mataram a monarchia como para lhe receberem a herança. Devia vir e veio como uma expiação e como um castigo, como um semental de dôres e como uma tormenta a desencadear-se dia a dia. Chegou — esse caldo de cultura de bacillus, no qual os vibrões da decadência monarchica se agitam e dominam — e com os seus exemplos, com os seus desvarios, com os seus erros, nós aprendemos a amar o que perdemos, recebemos o ensinamento para o futuro, sentimos como devemos modificar os processos, os maus passos, os erros e como nos compete caminhar punindo os criminosos: os de hontem os de amanhã.

A republica foi para os monarchicos que broquearam os alicerces do trono, um castigo; para os outros a punição de não os terem esmagado.

Claro que surgiu uma republica digna da mentalidade de quem a ia

mandar; energúmenos vaidosos, devoristas esfomeados, ensandewichando os idealistas que começaram a clamar—como Bazilio e Bruno—logo no início contra a falencia do seu sonho.

Chegou agora a vez ao senhor José Relvas que não sei se foi idealista se apenas obedeceu a um capricho, a um arranço ou a uma contaminação. Levou tempo. Falava-se vagamente na sua desilusão e com pasmo se viu assumir o poder quando do Monsanto, gritar pelo regresso ao 5 de outubro,—como se estivessem ainda sustentados a artigos de fundo os grossos senhores do seu partido de plutocratas, desde ha dez anos enriquecidos—sentiu-se, com amargura—porque não o repetiremos ainda?!—deixar prender um juvenil republicano, Teofilo Duarte, que poderia ter decidido da victoria monarchica no norte e que entrara em Lisboa confiado na palavra do chefe do governo. Mas a multidão—essa demagogia de que fala agora tão enojado—ululava, pedia cabeças, e Couceiro da Costa—o criminoso mais nojento da politica dessa epoca—ameaçava indicar à população os designios do ministerio se ao tenente se desse a liberdade. Numa transação de pilho propoz-lhe o governo de Cabo Verde. Os colegas dêsse pachá das hetairas das casas de jogo, tremaram. Teofilo foi preso; a demagogia instalou-se; venceu, proliferou, embandada com os da deserção monarchica, os negadores dos seus principios ao vêrem os heroes baquearam em nome deles.

Se alguém contribuiu, pois, para que esses jacobinos se guindassem de novo—nós tínhamol-os batido a tiro—foi o senhor José Relvas que, no seu solar formoso, tocando uma sonata, comendo as suas rendas, faz um momo de nojo em vez de cumprir o seu dever desde que está arrependido. Proclamou a falencia da republica e é um dos culpados do mal que ela fez ao paiz. E' ainda novo; as dôres morais não quebram as energias de quem tem dividas a pagar. O seu papel é ouro; é o de remediar o mal que praticou.

Se a republica era necessaria para que os monarchicos irriquietos e ambiciosos sofressem, tambem o era para os republicanos vissem, na realidade, o seu sonho, reparassem bem como vinha gafa a ideal dona, como uma chaga se esmaltava na frente da senhora de doce beleza idealisada. Quando trato de republicanos, claro que me refiro aos historicos, aqueles que combateram como o senhor Relvas, e não à *troupe miseranda* que hoje manda e que arvora, com o maior descaro, a *marmitta* para as sobras do rancho.

Aqueles sentem a falencia e fogem, recolhem-se, querem à sua volta a paz no lar. Estes, conhecendo o desarvoramento da nau do estado, fazem a pilhagem nos porões.

—«*A republica não foi a que a Portugal convinha*»—diz o antigo presidente do conselho, o ministro das finanças do Governo provisório, o representante do regimen em Madrid—onde, por signal deviam ter germinado as desilusões ante a forma porque os aristocratas, seus antigos amigos, o receberam—e diante disto, ele, o culpado, ele o corifeu, ele, que tem sinceridade para fazer esta confissão—a que lhe abona a franqueza—deixa-nos a braços com os males da sua obra e arranca do *stradivarius* acordes deliciosos «enquanto as rãs coaxam nos pantanos».

Parece um mago de maleficio que, depois de espalhar horrores sobre um mundo, se recolhesse à sua doirada cova, de barbicha alva, sorrindo-se, tirando das cordas dum instrumento suaves ritmos de amor.

# Os crimes do cemiterio e do parlamento

**O atentado aos seus antecedentes — A protecção aos degredados — O cabo 115 e o governador — A arremetida do tenente Carmo — O fedor da decomposição**

Ao fechar-se a porta do jazigo onde ficou o conde Sabugosa, nos Prazeres, soaram alguns tiros. Correu gente; estendido jorrando muito sangue — um sangue negro a coagular-se sobre a areia fina do arruado — estava um homem morto. Uma multidão ululava, soltava gritos contra o assassino que a policia defendia à porta da administração do cemiterio.

Subia um protesto furioso; gente de todas as camadas pedia vingança e um cocheiro, de chapéu amachucado, fulo, vermelho de colera, gesticulava, empurrava, sob os sabres luzentos dos guardas que obrigavam recuar a turba.

Tanto eu como Melo Breyner — o conde de Mafra — ambos vereadores, detivemos ainda os impulsos da onda dentro do edificio municipal. Raul Esteves mandou buscar os seus sapadores-mineiros e quando aquella onda socegou um pouco, ouviu-se distintamente o assobio redobrado dum melro entre os ciprestes.

Formavam-se grupos que discutiam e, então, penetrando no lugar onde o assassino se encontrava, vi, na meia tinta da sala, uns olhos luzilando como os dum animal acochado no refugio do seu fojo, um homem vestido de negro examinando papeis, uns policias e um raio de sol — um só — muito vivo, brilhante, como um punhalsito de oiro, atravessando a casa.

Quando saí li o terror em alguns rostos; vi uma poça de sangue maior, ouvi, ainda, rugidos no largo da necropole.

Fora origem daquele atentado um conflito entre um operario e o seu chefe que ele assassinou. Duas correntes se formaram à volta do crime, a dos conservadores e a dos sindicalistas-anarquicos; no parlamento o senhor Leote do Rego verberou esse jorro de sangueira num campo santo e eu, sentindo estas duas sociedade em presença, encaro apenas as razões porque se chegou a semelhante encontro, a igual insensibilidade duma alma que não respeita já o asilo dos mortos, a tal gesto brutal e, para demais traiçoeiro, na sua premeditação e na sua execução.

Vivemos numa epoca de batalha sangrenta. Ha paizes onde se punem os crimes; em Portugal não. Chegou-se o dar largas ao instincto e

a sentir-se a falencia da justiça. O desforço pessoal é a consequencia da descrença nos meios legais.

Senão vejamos. O assassino de Sidonio Paes vive largamente sustentado por correligionarios e amigos quotisados para que cousa alguma lhe falte.

O cabo 115, que assassinou dois officiaes da guarda municipal, está rico, é proprietario duma magnifica casa na possessão para onde o enviaram a expiar o seu crime e o governador desse districto, coronel Djalme de Azevedo, esteve na sua intimidade, muito tempo, comeu, dormiu, jogou, divertiu-se sob o tecto do matador de dois dos seus camaradas.

Por toda essa Africa ha exemplos numerosos de condenados enriquecidos tratados com carinho pela autoridade. O dinheiro—em nome do qual o operario matou o seu chefe—dará ao criminoso se acaso ele o arranjar—as situações excepcionais de que gosam os seus eguaes ao crime.

Não se ouve senão citar casos em que bandidos autenticos triunfam e numa enorme antipodisação social se existe. Os homens de bem tem receios, a sua honestidade é um crime. Daí o governarem pela sua falta de escrupulos e pela sua audacia—a que se chama, reverentimento *esperteza*—os menos honrados. Num meio assim só a infamia pôde medrar. Um juiz tem medo de condenar; por vezes medita ante os receios de represalias. De resto um magistrado ganha apenas o suficiente para estar à mercê da primeira tentação num processo com ricos e confia tão pouco na justiça que treme de aplicar os seus rigores não vá baquear na rua. Uma grande sêde de revolta seca as gargantas; ha desigualdades que são incentivas ao mal e fortunas que são punhados de lama atirados a rostos dignos.

Em França, nesse país que o senhor Bernardino Machado declara «não chegar a ser república», jamais um criminoso poderia enriquecer na colonia para onde o enviam, nunca um simples guarda lhe daria a confiança de o tratar fóra do serviço, distinguindo bem a função da presa e do carcereiro. Um official da mais modesta patente deshonorar-se-hia só ao leve contacto de condenados, nessa nação de correctivo e de justiça, bem diferente da nossa onde um coronel se compraz em lidar com um assassino da categoria desse 115. E' certo tambem que só em Portugal o senhor Djalme podia estar na fileira.

Isto, porém, chegou ao maximo da desmoralisação; estão carcomidos os alicerces desta sociedade na qual é possivel um homem perdidos os respeitos pelas causas sagradas, ir assassinar à beira de sepulturas em nome dum ideal avançado tornando-se igual aos chamados reaccionarios que fuzilaram os comunistas contra os muros do Père Lachaise, gerando essa matança em massa tão verberada nos comicios dos reformadores sociais.

Inconsciente no seu crêdo, desorientado na sua colera, surge o operario a irritar a turba, a indignar, a excitar, a gerar repugnancias, mas, nessa mesma tarde do crime, um defensor da sociedade, com dois galões nos braços, arrancando da espada que não pode desembainhar para agredir, esperou um representante da nação—o deputado, meu amigo e correligionario Carvalho da Silva—e tenta tambem assassiná-lo, atirando-lhe duas pranchadas á cabeça, felizmente defendida pelo agredido, cujos braços sofreram rudes golpes.

Quando um mantenedor da ordem, uma auctoridade a quem está entregue a nossa defesa nos assalta, nos fere, nos pretende matar, isto sem que um brado de horror suba, como se ha de conceber uma sociedade digna, na qual não sejam possíveis atentados como o do cemiterio? O operario é culpado, é um grande criminoso, mas o tenente ainda é mais horripilante como symptoma de decadencia.

Quem é esse official? Um homem que nas horas de Monsanto se entregou aos monarchicos, dizendo-se seu amigo, que tempos antes se ligava com o seu camarada Ascanio Pessoa, para se tornar um individuo de confiança, a quem Lobo Pimentel queria na policia — tal era a sua certeza na fidelidade dele ao sidonismo — emfim, uma saltitante personagem que, ao cabo da derrota realista, se constituiu em martyr e acabou por querer receber trescentos mil reis na sua companhia, dizendo tê-los perdido na refrega. Como se verifica — ou antes como depoimentos varios já o cancelaram — este official não devia estar no exercito e ainda menos na guarda republicana.

Vejamos, porem, qual a acção desse corpo de *élite*, dessa corporação de defesa social, numa hora em que devia manter a ordem. O que fez? Gerou uma revolução — a de 19 de outubro — apenas feita por sua iniciativa e que acabou chacinando-se ministros, o fundador da republica e um dos mais honrados officiais que pelejara pelo regimen.

Não sei se esse tenente Carmo, que fez aquelas scenas do Monsanto, tambem adheriu no seu habito constante aos revolucionarios, mas deve ter dado esse passo e outros, sentido bem como se sucederam esses horrores finais e não se lhes applicam os severos castigos que mereciam. Daí, com a arma de seu officio — nele os galões são distintivo da profissão apenas — decide se, contra todas as leis, contra todos os regulamentos, contra todos os preceitos da lealdade e do decoro, a ir atacar um homem que não o conhece, isto sem um aviso, sem um brado, sem se apresentar, espancando, como um policia barbaro e estúpido, o representante do povo, que nem sequer aludira, no seu discurso, á sua pessoa boçal.

Eu já o descrevera, publicando-lhe o retrato no «A B C», ao tratár do Monsanto, na *Monarquia do Norte*, e narrando o que lera nos relatorios que me foram enviados. Carvalho da Silva nem a isso se referira. Porque se impressionou, então, assim um individuo que recebeu no *Tempo* a mais agras referencias, que no tribunal de guerra negou que o seu colega Martins tivesse sido morto á traição e de repente, de subito, como um louco, se lança a querer assassinar quem não o ofendeu?

E' que tudo se encadeia, desde os assassinos que albergam os governadores coloniais, até presidentes do conselho, chamando officiais que de ha muito, para prestigio da republica, deviam ter sido inquiridos acerca do seu procedimento anterior.

O senhor Antonio Maria da Silva, após o fecho do discurso de Carvalho da Silva, foi pedir, diante dos *reporters* — ao que me narrou Fausto Vilar — para que lhe apparecesse esse tenente, de quem ninguem falara. O chefe do governo é que quiz ouvir e vêr o Carmo que assistira á morte do alferes Martins. Não o mandou buscar por uma ordem disciplinada; chamou-o como correligionario, pois, nesta altura, o official deve ser democratico.

Chéguo a vê-lo? Que se passou entre ambos? E' certo, porém, que o senhor Antonio Maria da Silva o considerava, apesar de todo o seu procedimento conhecido e largamente relatado.

Sempre vivemos num país onde um soldado retalhou uma mulher, a cortou aos pedaços e onde já ninguém fala no caso. Estamos diante duma escada de deficiências morais, de falta de brio e de dignidade. E' assim. No cemiterio um operario faz um atentado á traição; no parlamento um official agride sem aviso. Um matou; o outro queria matar.

Quem é mais culpado? O do gesto brusco do revolucionario produzido contra o seu chefe ou a arremetida do defensor da ordem contra um representante do povo que nem uma bengala trazia?

Aquele, meus senhores, é a consequencia deste e doutros que tem levado a sociedade portugueza até á vala onde fermentam todas as podridões para estrume duma geração de canalharia.

E o peor é que numa colectividade onde ninguém nos defende, temos também que disparar os nossos revolveres, tornando-nos, á força, mata-dores. A legitima defesa é uma atenuante, mas quem amanhã matar, por exemplo, o tenente Carmo, se ele o tentar agredir, não deixará de ser um assassino, embora o absolvam.

E como seria horrivel sobretudo, vêr o vasio desse crâneo.

## A mudavel voz do Catanho

Uma reunião dos progressistas — O odio aos  
dissidentes — O protesto dum amigo da or-  
dem — Uma sessão no senado — Uma voz que  
já não vibra

Em 3 de Fevereiro de 1906 realisava-se no palacio dos Navegantes, em casa do conselheiro José Luciano, então presidente do conselho, uma magna reunião de partidarios, à qual presidia Augusto José da Cunha.

Tratava-se da dissolução da Camara e tambem do conflicto com os dissidentes. Falaram varias personalidades, clamorosos protestos contra esses então intitulos rebeldes se ouviram e foi o mais veemente, o mais sentido, o mais intenso, em nome dos madeirenses, por signal, o dum individuo que se chamava João Catanho de Meneses, era advogado, deputado, figurita apagada daquele progressismo atulhado de próceres.

Trovejava a oratoria do delegado dos insulares, chamava aos inimigos do seu querido chefe «um bando de descontentes»; exigia, em nome da honra do partido, «a força contra os perturbadores» receoso, nesse tempo, — e com toda a razão, pela queda da monarchia.

Não latejavam na sua alma intuitos revolucionarios; era a ordem que ele amava tanto como à manteiga ilhóa, era o regimen que receava tocado como se fosse um ananaz, era a realza que lhe perfumava a alma como se um bafo de vinho generoso — de bom Madeira velho — a fizesse aquecer e fremitar.

Como se sabe, em Portugal, os homens mudam mais do que as mulheres e a frase de Francisco I não tem aqui applicação ás damas tanto como aos seres do sexo forte. Isto pode constatar-se lendo os Diarios das Camaras e as listas dos Deputados e Senadores. Por vezes, é um motivo nobre que os amarra, outras um estomago vasio que os faz pairar como balões.

Durante a dictadura franquista dois politicos realistas, se filiaram no partido republicano, Bramcamp e Augusto José da Cunha, o presidente daquela reunião onde se ouvira vigorosa, sã, unguida pelos bons principios, a voz de Catanho, filho dos Passos.

Ela continuaria decerto a pleitear pela ordem e pelo regimen. Não se ergueria jamais como um brado revolucionario. A prova que não se deixara contaminar como os dois pares do reino, tomados de resonancias republicanas, estava em que, no momento das suas adhesões a de

Catanho sumiu-se, baixou-se, escondeu-se, deixou-se estar calada, amiga da força contra os perturbadores.

E quem eram eles? Primeiro os dissidentes e se estes o eram que dizer dos republicanos no meio dos quais apareciam os dois antigos chefes progressistas?

Oh! Jamais a sua voz honrada deixaria de se levantar pela ordem e em reconhecer nos que a alterassem «perturbadores» eguaes todos os dissidentes embebidos na demolição de D. Carlos, indo até alguns deles, até a ligação com os conspiradores. Entre aqueles não estavam os que queriam o restabelecimento do parlamento, mas que também se consideravam — como João Catanho — autenticamente monarquicos. Sim, tão monarquico que nem o exemplo dos seus dois correligionários ilustres o movera a dar o seu passo para junto dos republicanos. Honrada voz a do Catanho. Sumira-se, minguara-se, destalecera, perdera-se como um ai suspirado no passamento da monarquia.

Em 25 de maio deste ano, no Senado da república, a que preside o senhor Correia Barreto — outro cavalheiro que não se filiou durante o velho regimen no partido inimigo das instituições — falou um individuo chamado João Catanho de Menezes, que me dizem advogado. As suas palavras foram para reconhecer no agressor do atentado contra o deputado Carvalho da Silva — «um official distinto, um militar brioso e disciplinador e um fervoroso defensor do regimen».

Ressuscitara a voz do Catanho progressista ou era outra? Tratava-se dum Catanho mudado, detestando a monarquia e a manteiga da ilha, os reis e os ananazes, a ordem e o vinho velho madeirense? E' que essa voz tornara-se falha, soava a rachado, desautorizada e deshonesta, ao passar atestados de distinto, de brioso e de disciplinador a quem provara o contrario diante dos soldados monarquicos do Monsanto. Emquanto à sua fervorosa defeza do regimen noutra logar, a tratamos. Aqui estamos apenas para saber se esse senhor João Catanho, do senado, é o mesmo João Catanho de casa de José Luciano.

Supunhamos que é. Vamos a vêr, nesse caso, qual o regimen de que o tenente indisciplinado defende? O monarquico? Ele bem o quiz; nós não. O republicano? Nesse caso Catanho — embora diga o contrario e lamente a agressão — é um amigo do assaltante do «perturbador».

Os dissidentes que turbavam a vida do país e tanto o irritavam nas sessões progressistas só porque, no seu descontentamento, feriam a ordem, mereciam-lhe indignações. Este tenente do acaso, quasi é, por ele, enaltecido como defensor do regimen.

Está adiante do nome deste Catanho, a que me reporto na palavra democratico e, embora eu não tenha relações no partido, daqui o aponto já à desconfiança dos correligionários. Um homem que vê no official excitado um paladino da república, edpois de tudo quanto succedeu, está procedendo como não fazia em casa de José Luciano, se adrega ser o mesmo sujeito o de lá e do senado.

Mas não deve ser essa a personagem pois que confesso democratico e grande amigo do regimen actual não teve a hombridade de seguir Braamcamp e Augusto José da Cunha até aos comicios republicanos de aderir ao Mundo, de se meter no Centro de S. Carlos, de aplaudir o doutor Afonso Costa, de, emfim, dizer claramente, abertamente nas faces da monarquia, que o detestava, e abominava tanto e, tão de repente, quando lhe quizera até aí.

## S. Tomé, o condenado

Uma amostra colonial — O sr. Norton e a região do cacau — Os políticos e os produtores — O negro e a mão d'obra — Os chocolateiros ingleses e S. Tomé

O que não conseguiram os piratas francezes nem as esquadras holandesas que assaltaram, outr'ora, S. Tomé — tão rica até hoje, tão pobre para o futuro — realisa-lo-ha o senhor Norton de Matos.

A ilha que, produzindo o magnifico cacau, gera oiro, está em riscos de sofrer uma grande depreciação. Vai ser proibida a emigração dos negros de Angola para S. Tomé. Dando-se a falta de braços chegará a ruína.

Alega o alto commissario carecer dos pretos para as obras da sua provincia e, em nome do desenvolvimento provavel de Angola, destroça a riqueza florescente de S. Tomé.

Eu tenho desta colonia uma ideia historica apenas; estou longe de ser um colonial e ainda menos um paladino dos dominios ultramarinos tão bem defendidos por competentes. Colonial-politico é todo aquele que vai á Africa num cargo, ao acaso, e daí por diante se julga conhecedor de todos os assuntos, desde a forma de matar moscas *tsé-tsé*, até a de dominar os regulos rebeldes. Colonial, na acepção honesta do termo, é o que trabalhou, lidou, desenvolveu a agricultura, a industria, o commercio nas colonias. Por exemplo, os senhores Henrique de Mendonça e Mendonça de S. Tomé, o senhor Gouveia, da Guiné, o senhor Gavicho da Zambezia e outros, pertencem a esta casta, os senhores Norton e Camacho são da primeira definição. Ora eu que não sou politico nem commerciante, nem conheço a Africa, devia remeter-me a um largo silencio, mas não o faço porque me apetece imenso demonstrar que para se tratar da questão de S. Tomé, nem é preciso conhecer sequer a sua grande latitude.

Sabemos a sua historia; constatamos, pela leitura, que é o maior centro productor de cacau de todo o mundo.

Com isto, alguma boa vontade, uma caneta e tinta defende-se S. Tomé. E' simples. Temos uma opulencia ao lado duma promessa. Mata-se a riqueza segura, por uma idealisação de fortuna. Quem faz isto? O colonial politico. Quem é arruinado? O colonial verdadeiro.

Desde que os negros não possam ir trabalhar para a ilha, desde

que não seja possível saírem de Angola, tudo quanto se fez até hoje nas roças, essa mina de ouro, essa aluvião de magnificencia, perder-se-ha.

Não sei que ideia teem os republicanos em relação dos negros. Naturalmente a de todos os outros brancos. Que são já animais de sua pertença, já andando de tanga já sendo deputados. Os pretos, por sua vez, devem formar de quem governa, a ideia que não passam de inimigos. Supunhamos que uma tribu desejava instalar-se em S. Tomé, tratar da sua vida, trabalhar. Não podia. Porquê? Porque o senhor Norton de Matos a quer para seu serviço. Mas então, ha o direito de coagir, seja quem lôr, a trabalhar onde não lhe apetece? Isto emquanto o principio imoral imperante. Em relação ao fomento colonial é ainda peor. Sem braços, S. Tomé agonisará, todos os productos da ilha desaparecerão. Em tempos pensou-se em substituir os negros por chinezes. Não deu resultado. Lembraram-se de contratar caboverdeanos, não resistiram ao clima. O unico recurso é o negro, o *angolar*, aquele que em tempo lá entrou, não como elemento de trabalho, mas como horda devastadora.

Foi terrivel essa invasão do selvagem no rincão, florido. Hoje é o *angolar* disciplinado que ajuda a essa creação da fortuna e é o que lhe vão roubar.

Quer dizer: o que não se fez com a guerra dos negros noutras epocas, gera-se agora, com a sua ausencia.

Num país onde ha tantos coloniais, no qual se grita dia a dia, pelo fomento das colonias, parece ter-se votado uma grande indiferença a esta que é a mais rica. Naturalmente o silencio dos meios officiais até agora, não significa senão que tencionam submeter-se ao dominio do alto comisario de Angola, que aceitam, contribuem, estão decididos a deixar caminhar essa ruina, como uma lepra, afim de não contrariarem aquela vontade poderosa.

S. Tomé é a mina de ouro, é a grande produtora do cacau, a que afronta os inglezes, é essa ilha prodigiosa, aterrante para os fabricantes britanicos, para os chocolateiros, ansiosos de destruir essa rival que lhe bate os generos por toda a parte.

Pois parece que a permanencia do sr. Norton em Londres, o seu dourado exilio, o encheu das mesmas ideias e que tomou sob a sua responsabilidade realisar aquilo que os inglezes da industria do chocolate ha tanto tempo desejam.

E desta vez S. Tomé não precisa vêr para crêr. E' um condenado.

## O miôlo dos meus bonecos

### VII

#### O ILUSTRE CAUSIDICO

O cliente ia expondo àquelle a quem designavam pelo «ilustre causidico» toda a causa em detalhes, em minudencias, em elucidacões. Ele, com o queixo apertado na mão, o ar grave de sempre, recostado na sua poltrona, escutava.

Em volta alardeava-se toda a severidade dum gabinete de estudos profundos: cadeiras negras, estantes altas atulhadas de livros de direito. Diplomas de varias academias estrangeiras atestavam a sapiencia daquele advogado celebre ao qual os jornais nunca regateavam elogios. Jámais se detinha diante das maiores difficuldades, não carecia de muito tempo para o que ele chamava «apreender as questões» e no seu gesto tranquillizador, calmo, uma branda descida da sua mão fina para o hombro do cliente, assegurava:

— Está bem... está bem... Eu não perco nunca...

Era o que levava toda a gente a confiar-se-lhe, a acredita-lo, a sentir como sob o influxo da sua voz e das suas certezas, nenhum juiz se atreveria a contrariar-lhe os argumentos. Ele não perdia nunca.

Naquele momento asseverava o mesmo; declarava que não tinha mais duvidas sobre o assunto, repisava uma a uma as fases da questão como quem esmaga nos dedos uma planta odorifera cujo aroma sobe activamente e soltava do intimo da sua observação, a mesma frase consagrada:

— Está bem... está bem... Eu não perco nunca...

Desta vez, porem, o cliente era ousado, repetia os diversos estados do processo, não esquecia cousa alguma, esmiuçava, quasi se atrevia a perguntar-lhese ele tinha percebido e ante o seu encrespar de olho leve, rapido mas admirado, não se detinha, continuava, na mesma a revolver a questão, explicava todos os seus tramites, os depoimentos, emfim, o largo tempo que envolvera tudo aquilo, que era importantissimo, de alto interesse.

— Está bem... está bem... Eu não perco nunca...

Como para o despachar mais depressa, para o mandar embora, passeava a vista pela sala, olhava o relógio em cujo mostrador a lei erguia as suas taboas, que figuravam as horas, e, então, num acrescimo às palavras de sempre, basilares, conhecidas, dizia ainda:

— Afigura-se-me muito bem... este seu caso... Eu não perco nunca...

Numa rapida resposta, vivamente, audazmente, o outro volveu:

— Mas, senhor doutor, o que eu lhe expuz não é o meu caso . . . É a questão como está relativamente à parte contraria . . . E se está bem para ela, se a vê bem figurada para o outro é sinal que não o está para mim . . . Daí a minha derrota . . .

Nos labios do cliente passava um sorriso vago, um arrepio breve e vitorioso. Traçara a perna, puzera-se a examinar, pelo canto do olho, o «ilustre causidico».

Apenas se ouvia o pendular do relógio onde os ponteiros avançavam sobre as laboas da lei e, então, viu o advogado carregar docemente no botão da campainha e dizer para o secretario correctissimo que lhe aparecia, indicando-lhe delicadamente, o interlocutor:

— É a primeira consulta deste nosso novo cliente . . .

Fez uma venia, safu, empertigado sob o olhar perplexo do homem que se erguera instinctivamente, ante tanta linha, tanto aprumo, quasi magestade.

O secretario estendia-lhe um papel com o preço da consulta, e escutando-lhe o berro indignado, respondia no seu eterno tom delicado, sereno, gentil:

— Oh! . . . Não é caro . . . O «ilustre causidico» não perde nunca . . .

ROBERTO

NO PRÉLO:

AS SENSACIONAIS REVELAÇÕES COM  
DOCUMENTOS GRAFICOS Á CERCA DO

MARQUEZ DE POMBAL  
PUPILO DOS JESUITAS

OBRA DE  
ROCHA MARTINS

EDIÇÃO DA «LUMEN»

